



FREGUESIA
NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÕES
Município de Braga

CAF - Componente de Apoio à Família Regulamento



FREGUESIA
NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÕES
Município de Braga



2015 / 2016

Regulamento da CAF – Componente de Apoio à Família

CAPITULO I	6
Disposições Gerais.....	6
Artigo 1.º	6
Objeto	6
Artigo 2.º	7
Destinatários	7
CAPÍTULO II.....	7
Direitos e Deveres	7
Artigo 3.º	7
Direitos e Deveres dos Pais.....	7
Artigo 4.º	8
Direitos das Crianças	8
Artigo 5.º	9
Deveres da Junta de Freguesia.....	9
CAPÍTULO III	10
Higiene e Limpeza	10
Artigo 6.º	10
Condições de Saúde e Vigilância Médica	10
Artigo 7.º	11
Higiene e Limpeza	11
CAPÍTULO IV	11
Organização e Funcionamento.....	11
Artigo 8.º	11
Inscrição	11
Artigo 9.º	12
Horário de Funcionamento.....	12
Artigo 10.º	13
Atividades	13
Artigo 11.º	13
Refeições.....	13
CAPÍTULO IV	14
Modalidades e Taxas	14
Artigo 12.º	14
Modalidades.....	14
Artigo 13.º	15

Taxas.....	15
Artigo 14.º	16
Regras de Pagamento	16
Artigo 15.º	16
Recibos	16
CAPÍTULO IV	17
Desistências e Disposições Finais	17
Artigo 16.º	17
Faltas.....	17
Artigo 17.º	17
Desistências ou Interrupções de Frequência.....	17
Artigo 18.º	18
Recomendações Finais	18
Artigo 19.º	18
Atualizações	18
Artigo 20.º	19
Execução do Regulamento	19
Artigo 21.º	19
Omissões	19
Artigo 22.º	19
Entrada em Vigor	19

Nota Justificativa

Considerando que:

A Educação é um direito de todos, cabendo ao Estado promover a sua democratização, bem como as condições para que esta se efetive, quer através da Escola, quer de outros meios formativos, de modo a contribuir para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade, do espírito de tolerância, da compreensão mútua, de solidariedade, de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva (art.º 73º n.º 1 e n.º 2 da Constituição da República Portuguesa);

Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, cabendo ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, bem como reconhecer e fiscalizar o ensino particular e cooperativo (art.º 74.º e 75.º da Constituição da República Portuguesa);

O regime jurídico das autarquias locais, estabelece que as Freguesias dispõem de atribuições no domínio da educação (art.º 7.º n.º 2 alínea c) da Lei 75/2013 de 12 de Setembro), sendo da competência dos seus órgãos, fornecer material de limpeza e de expediente às escolas do 1.º ciclo do ensino básico e aos estabelecimentos de educação pré-escolar (art.º 16.º n.º 1 alínea mm da Lei 75/2013 de 12 de Setembro);

As câmaras municipais deliberam no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudante (art.º 33.º n.º 1 alínea hh) da Lei 75/2013 de 12 de Setembro), associado à competência de discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia os contratos de delegação de competências e acordos de execução (art.º 33.º n.º 1 alínea l da Lei 75/2013 de 12 de Setembro);

A Lei-quadro da Educação Pré-Escolar, no ponto 1, do artigo 12º, dispõe que "Os estabelecimentos de Educação Pré-escolar devem adotar um horário adequado para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, no qual se prevejam períodos específicos para atividades educativas, de animação e de apoio às famílias, tendo em conta as necessidades destas";

A realização de protocolos de colaboração entre o Ministério da Educação, da Segurança Social e do Trabalho e as Autarquias Locais tem vindo a facilitar a criação de serviços complementares, que visam o acompanhamento das crianças para além do horário letivo;

A valia para o sucesso educativo das crianças devida ao alargamento da banda de aprendizagens que resulta da implementação da "Escola a tempo inteiro" que visa responder também às necessidades de conciliação dos tempos escolares e das famílias, de acordo com o que está previsto no Despacho do Ministério da Educação com o nº 12 591/2006 de 16 de Junho de 2006;

A "Componente de apoio à família" é uma tarefa de extrema importância, que ultrapassa o horizonte meramente educativo e social, constituindo um fator de desenvolvimento, equilíbrio individual e comunitário com impactos futuros para a realização pessoal e social dos indivíduos, desde que orientada por princípios de qualidade, adequação pedagógica e de igualdade de oportunidades;

É objetivo primordial da Junta de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lameações proporcionar atividades para além das cinco horas diárias, designadas por "Componente de Apoio à família", incluindo o fornecimento de refeições e prolongamento de horário, bem como atividades durante as interrupções letivas, para o primeiro ciclo do ensino básico e educação pré-escolar, as quais visam adequar a resposta educativa à organização e necessidades das famílias.

CAPITULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto

1. O presente Regulamento tem por objeto definir as normas de funcionamento, dos Serviços de Apoio à Família, nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico da rede pública da Freguesia de Nogueira, Fraião e Lameças, do município de Braga, no que respeita a:
 - a) Fornecimento de refeições;
 - b) Prolongamento de horário (incluindo a receção no período da manhã e o tempo para além das vinte e cinco horas letivas);
 - c) Participação na definição de programas para a ocupação dos tempos de prolongamento.
 - d) Atividades nas interrupções letivas (férias escolares);
2. O fornecimento de almoços decorrerá em horário a acordar com os responsáveis dos agrupamentos de escolas e constará de uma refeição completa.
3. As atividades nas interrupções letivas serão desenvolvidas nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo da rede pública da Freguesia de Nogueira, Fraião e Lameças e é da responsabilidade da Junta de Freguesia garantir os recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento dessas atividades.
4. As atividades podem ainda ser desenvolvidas noutros espaços que reúnam as necessárias condições e serem realizadas pelas Associações de Pais e Encarregados de Educação, por empresas ou entidades contratadas/protocoladas pela Junta de Freguesia para o efeito.

Artigo 2.º

Destinatários

A Componente de Apoio à Família destina-se aos alunos que frequentem os jardins-de-infância e escolas do 1.º ciclo da Freguesia, sempre que a organização da vida das famílias o justifique, nomeadamente devido à dificuldade de conciliação entre os horários de trabalho e os horários de funcionamento das escolas.

CAPÍTULO II

Direitos e Deveres

Artigo 3.º

Direitos e Deveres dos Pais

1. Constituem direitos dos pais:
 - a) Aceder à informação acerca do (s) filho (s);
 - b) Acompanhar o trabalho dos serviços;
 - c) Conhecer os planeamentos e as atividades desenvolvidas;
 - d) Participar na planificação e desenvolvimento do projeto educativo, de acordo e nos termos da legislação e regulamentos em vigor;
 - e) Ter o acompanhamento correto e adequado do (s) seu (s) filho (s).
2. Constituem deveres dos pais:
 - a) Assumir-se como os primeiros e principais agentes educativos, prestando as informações necessárias e imprescindíveis acerca do (s) filho (s) e necessárias ao seu adequado acompanhamento;
 - b) Cuidar da higiene pessoal diária dos seus educandos e assumir a responsabilidade pela criança em caso de doença, indo busca-la ao serviço, logo que disso sejam informados;

- c) Responsabilizar-se pelo seu adequado tratamento, em caso de doença, promovendo o seu regresso apenas quando apropriado, e após apresentação de declaração médica quando se trate de doença infectocontagiosa;
 - d) Respeitar os horários definidos para a "Componente de Apoio à Família";
 - e) Entregar além do boletim de inscrição, toda a documentação necessária à constituição do processo, de modo a permitir calcular a comparticipação familiar;
 - f) Comparticipar o serviço de apoio à família, mediante o pagamento dos valores definidos com base nos rendimentos familiares e de acordo com a lei e regulamentos existentes;
 - g) Respeitar o presente Regulamento;
3. Constitui ainda dever dos pais e encarregados de educação, demonstrar e justificar, por declaração dos próprios, a necessidade dos serviços da "Componente de Apoio à Família," concretamente das refeições e/ou do prolongamento de horário, constituindo fundamento dessas necessidades, motivos profissionais ou pessoais.

Artigo 4.º

Direitos das Crianças

Constituem direitos das crianças usufruírem de:

- a) Espaços corretamente organizados e estimulantes, tendo em conta, designadamente, os critérios de qualidade e segurança;
- b) Materiais adequados às suas necessidades;
- c) Atividades variadas, organizadas de forma lúdica, adequadas ao seu nível de desenvolvimento e devidamente articuladas com as aprendizagens curriculares;
- d) Alimentação rica e variada, adequada ao seu nível de desenvolvimento;

- e) Acompanhamento permanente e adequado ao seu nível etário.

Artigo 5.º

Deveres da Junta de Freguesia

São deveres da Junta de Freguesia:

- a) Definir, anual e conjuntamente com o órgão de gestão do agrupamento de escolas, o horário de funcionamento e respetivas interrupções relativos ao serviço de apoio à família de cada estabelecimento;
- b) Promover a colocação de pessoal para o desenvolvimento/acompanhamento de atividades de alimentação e de animação socioeducativa, tendo por base o calendário letivo definido pelo Ministério da Educação;
- c) Disponibilizar refeições às crianças, atendendo às suas necessidades específicas quer sejam por motivo de doença esporádica, ou por doença crónica (neste caso mediante a apresentação de justificação médica);
- d) Assegurar o funcionamento do serviço de apoio à família nos períodos não letivos bem como as interrupções letivas, de acordo com o calendário escolar definido e atendendo às condições físicas dos edifícios escolares;
- e) Efetuar o pagamento das despesas elegíveis, bem como de outras associadas ao funcionamento da "Componente de Apoio à Família", respeitando as normas reguladoras das comparticipações familiares pela utilização dos serviços;
- f) Cumprir os protocolos efetuados com o município e outras entidades com as quais tenha assumido responsabilidades.

CAPÍTULO III

Higiene e Limpeza

Artigo 6.º

Condições de Saúde e Vigilância Médica

- 1.A vigilância médica das crianças é da responsabilidade das respetivas famílias.
- 2.Não é permitida a frequência do serviço por crianças que se encontrem doentes.
- 3.Em caso de sintoma de doença da criança, durante o período de funcionamento da CAF, cabe à sua responsável (ou a quem a esteja a substituir) avisar os pais de imediato, para que sejam tomadas providências no mais curto espaço de tempo.
- 4.Sempre que seja preciso ministrar medicamentos, estes deverão ser entregues à responsável, já devidamente rotulados com o nome da criança, quantidade e horas a que devem ser ministrados.
- 5.Só serão ministrados medicamentos às crianças se houver uma autorização escrita pelos pais ou encarregados de educação. Esta autorização terá que ser entregue às funcionárias da CAF, e sempre que possível, deverá ser acompanhada de prescrição médica (quando aplicável).
- 6.Nos serviços da CAF dos estabelecimentos do ensino do primeiro ciclo e jardins-de-infância da Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações existe disponível um *kit* de primeiros socorros, que será manuseado pela responsável da CAF.

Artigo 7.º

Higiene e Limpeza

1. As crianças deverão apresentar-se diariamente asseadas, tanto corporalmente, como no vestuário.
2. A higiene geral das crianças deve ser uma constante preocupação dos pais, no sentido de contribuir para a promoção da sua autoestima e autoimagem, bem como de uma adequada relação interpessoal.
3. Sempre que sejam detetados parasitas, nomeadamente, piolhos e lêndeas, os pais da (s) criança (s) em causa, serão avisados. Estas só poderão regressar ao estabelecimento, quando o problema estiver solucionado.
4. Os espaços serão higienizados diariamente, podendo haver dias específicos para desinfeção, nos quais os serviços serão encerrados. Neste caso os períodos serão previamente marcados, exclusivamente nas interrupções letivas, e comunicados aos pais.
- 5.

CAPÍTULO IV

Organização e Funcionamento

Artigo 8.º

Inscrição

1. A calendarização das inscrições nas valências da "Componente de Apoio à Família" é realizada anualmente, ocorrendo preferencialmente aquando da matrícula/inscrição ou na sua renovação, na junta de freguesia, devendo ser especificados os serviços pretendidos:
 - a) Acolhimento da manhã;
 - b) Prolongamento de horário da tarde;
 - c) Almoço;
 - d) Serviço de acompanhamento da refeição

2. A inscrição será feita mediante a apresentação de um boletim de inscrição **a fornecer pela Junta de Freguesia**, devidamente preenchido e assinado, acompanhado dos documentos abaixo listados, consoante o nível de escolaridade.
3. No caso de inscrição de alunos do pré-escolar, os documentos a apresentar são:
- a) Cédula pessoal e/ou Bilhete de identidade e/ou Cartão de Cidadão da criança e encarregado de educação;
 - b) Quando os documentos de identificação não forem Cartões de Cidadão, deverá ser apresentada fotocópia do cartão de contribuinte da criança e encarregado de educação;
 - c) Fotocópia do cartão do Serviço Nacional de Saúde da Criança;
 - d) Fotocópia do comprovativo de morada do encarregado de educação;
 - e) Documento comprovativo da tutela da criança (quando aplicável);
 - f) Declaração da autorização de recolha da criança (a fornecer pelos serviços administrativos);
 - g) Declaração de alimentação e de administração de medicamentos (a fornecer pelos serviços administrativos);

Artigo 9.º

Horário de Funcionamento

1. O acolhimento, o prolongamento de horário e o serviço de refeições funcionarão de acordo com o calendário escolar, tendo em conta o seguinte horário:
- a) Acolhimento no ensino pré-escolar: - Das 7h30m às 8:45h;
 - b) Prolongamento no pré-escolar - Das 15h 30m às 18h45m.
 - c) Acolhimento 1.º ciclo ensino básico – Das 7h30m às 8:45h;
 - d) Prolongamento do 1.º ciclo ensino básico - Das 17h 30m às 18h45m.
 - e) Almoço - Das 12h às 13h30m;
 - f) Acompanhamento Almoço – Das 12h às 13h30m.

2. Estes horários poderão ser ajustados, de acordo com as necessidades específicas de cada escola e as disponibilidades do Serviço.
3. Durante o período de férias ou interrupções letivas será aberto período de inscrições para crianças não inscritas na CAF.

Artigo 10.º

Atividades

1. As atividades a desenvolver serão definidas no início de cada ano letivo, ao abrigo da legislação em vigor, sendo que:
 - a) No pré-escolar – são planificadas pelas escolas e agrupamentos;
 - b) No ensino básico (primeiro ciclo) – são da responsabilidade da Junta de Freguesia, sendo que, e havendo concordância do agrupamento de escolas, esta competência poderá ser transferida para as coordenadoras dos estabelecimentos de ensino.
2. Para além das atividades planificadas, anualmente poderão ser apresentadas atividades complementares, que serão desenvolvidas nas escolas, nos espaços da Componente de Apoio à Família ou noutros espaços. A informação acerca das condições de frequência das mesmas será veiculada atempadamente, para que os pais e encarregados de educação possam decidir se pretendem que os seus filhos e/ou educandos as frequentem.

Artigo 11.º

Refeições

1. A Junta de Freguesia pode fornecer refeições através de empresas especializadas ou de entidades com quem estabelece protocolo para o efeito.
2. As refeições diárias a fornecer são definidas por um nutricionista (sob responsabilidade do fornecedor) e obedecerão às regras de uma alimentação racional e equilibrada e serão compostas por sopa, um prato de carne ou peixe, com o respetivo acompanhamento, alternando

diariamente, uma sobremesa composta por doce ou fruta (sendo esta preferencial) e um pão.

- 3.A água é a única bebida permitida.
- 4.As refeições serão planeadas previamente e elaboradas ementas diárias que serão afixadas, a cada sexta-feira e para a semana seguinte, em lugar bem visível e de fácil acesso de forma que possa ser consultada pelos pais.
- 5.Poderão ser servidas refeições de dieta aos alunos que dela justificadamente necessitem, quando os pais ou encarregados de educação as solicitarem junto da responsável da CAF. Em casos específicos, como por exemplo no caso de intolerâncias alimentares, têm que ser apresentadas justificações médicas.
- 6.O preço da refeição a pagar pelos alunos do 1.º ciclo e Jardins-de-infância da rede pública é fixado anualmente pela Junta de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações, tendo por base o definido pelo Ministério da Educação, e o protocolo realizado com o Município de Braga.

CAPÍTULO IV

Modalidades e Taxas

Artigo 12.º

Modalidades

- 1.A Componente de Apoio à Família é composta pelas seguintes modalidades:
 - a) Acolhimento da manhã;
 - b) Prolongamento de horário da tarde;
 - c) Almoço;
 - d) Serviço de acompanhamento da refeição
- 2.As modalidades podem ser escolhidas individualmente ou combinadas entre si conforme necessidade das famílias, sendo que a modalidade de

almoço obriga sempre à contratação do serviço de acompanhamento da refeição.

3. Mediante necessidade específica ou momentânea, as famílias não inscritas na componente de apoio à família podem recorrer a este serviço, solicitando-o na Junta de Freguesia. Nesta situação, a taxa a pagar por cada um dos serviços é de 05,00€/dia.
4. No caso de haver mais que uma criança do mesmo agregado familiar a frequentar o serviço da Componente de Apoio à Família na Freguesia, a partir do segundo filho haverá um desconto de 20% no total dos serviços contratados, por criança.

Artigo 13.º

Taxas

As taxas que devem ser cobradas aos pais pelos serviços da componente de apoio à família são as expressas no seguinte quadro:

COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA						
Tabela de Taxas						
Modalidade	Pré-Escolar			Primeiro Ciclo		
	1º Escalão	2º Escalão	3º Escalão	1º Escalão	2º Escalão	3º Escalão
Acolhimento da Manhã (valores mensais)	08,00 €	10,00 €	12,00 €	08,00 €	10,00 €	12,00 €
Prolongamento da Tarde (valores mensais)	17,00 €	19,00 €	21,00 €	09,00 €	11,00 €	13,00 €
Almoço (valores diários)	00,00 €	00,73 €	01,46 €	00,00 €	00,73 €	01,46 €
Acompanhamento almoço (valores mensais)	11,00 €	13,00 €	15,00 €	11,00 €	13,00 €	15,00 €
Serviço Pontual Refeição	2,50€			2,50€		
Serviço Pontual Refeição + Acompanhamento	5,00€			5,00€		

Artigo 14.º

Regras de Pagamento

- 1.O pagamento das mensalidades deverá ser efetuado nos Serviços Administrativos da Junta de Freguesia (na Sede ou em cada um dos Polos), até ao dia 8 do mês a que respeita (passando para o primeiro dia útil imediatamente a seguir se o prazo terminar em dia feriado ou fim-de-semana).
- 2.Os pagamentos efetuados depois do dia 10 sofrerão um acréscimo de 10%, salvo se for apresentada uma justificação plausível, por escrito, à Junta de Freguesia, que decidirá em conformidade.
- 3.Todos os descontos a aplicar serão efetuados sobre o pagamento do mês seguinte ao qual se efetive o seu direito.
- 4.Se durante dois meses consecutivos as mensalidades não forem regularizadas, poderá a frequência da criança ser suspensa por tempo indeterminado até a liquidação do débito.
- 5.O pagamento poderá ser efetuado através de cheque (endossado à Junta de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lameiras), através de numerário, ou através de transferência bancária.

Artigo 15.º

Recibos

- 1.A Junta de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lameiras emite os respetivos recibos para efeitos de IRS, no momento em que o pagamento é efetuado.

- 2.No caso de frequência das atividades complementares comparticipadas pelos pais, ou em caso de contratação de serviços, a emissão de recibos poderá ser feita pela entidade contratada para o efeito.

CAPÍTULO IV

Desistências e Disposições Finais

Artigo 16.º

Faltas

- 1.Se a criança faltar por motivos de doença, ser-lhe-á descontado o valor do almoço correspondente aos dias que faltar (o valor será calculado tendo por base 22 dias úteis), desde que os pais e/ou encarregados de educação comuniquem antecipadamente à Junta de Freguesia e/ou ao estabelecimento de ensino.
- 2.Se a criança faltar ao almoço com justificação e as responsáveis pelo serviço forem avisadas pelo menos até às 9H30 do próprio dia, não haverá lugar a pagamento da mesma.
- 3.No caso de a criança estar ausente 30 dias seguidos, sem aviso prévio, será anulada a inscrição.

Artigo 17.º

Desistências ou Interrupções de Frequência

- 1.Ocorrendo situações de desistência, o serviço deverá ser avisado com antecedência de 5 dias úteis.
- 2.Em caso de desistência devidamente comunicada, a família pagará apenas os dias frequentados.

3. Caso esta comunicação não seja efetuada atempadamente, o pagamento do mês é feito na totalidade.
4. Caso a família pretenda interromper o serviço por um período determinado deve apresentar com uma antecedência de cinco dias úteis a sua pretensão através de uma comunicação escrita aos serviços da Junta de Freguesia, fundamentando devidamente o pedido. Caso o pedido seja aceite o pagamento dos dias de frequência será feito de acordo com o número 2 deste artigo.

Artigo 18.º

Recomendações Finais

1. De forma a assegurar bons hábitos alimentares, não é permitido que as crianças levem guloseimas para o serviço de prolongamento.
2. As crianças devem consumir os alimentos que lhes são postos à disposição no serviço de refeições, de modo a experimentar e diversificar o leque de alimentos consumidos e experiências gustativas, não sendo admissível o não consumo sistemático de determinado alimento, a não ser por indicação médica, que tem de ser devidamente comprovado pelo próprio médico.
3. O serviço não se responsabiliza por qualquer perda ou danificação de brinquedos ou materiais levados pelas crianças.
4. A resolução de qualquer caso/situação não prevista no presente Regulamento caberá à Junta de Freguesia.

Artigo 19.º

Atualizações

As tabelas e montantes enunciados no artigo 13.º poderão ser atualizados anualmente de acordo com a taxa de inflação e com as indicações dos órgãos de tutela.

Artigo 20.º

Execução do Regulamento

Caberá à Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações ou outro membro do executivo com competência delegada emitir as ordens/instruções que se tornem necessárias ou convenientes à boa execução do presente Regulamento.

Artigo 21.º

Omissões

As dúvidas e omissões que se suscitarem na aplicação deste Regulamento serão resolvidas pela Junta de Freguesia de Nogueira, Fraião e Lamações, tendo sempre em consideração a legislação aplicável.

Artigo 22.º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor imediatamente após a sua aprovação em Assembleia de Freguesia.